

PODER LEGISLATIVO DE VALE VERDE/RS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2023

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Câmara Municipal de Vale Verde- RS, inscrita no CNPJ 01.691.660/000129 compõe o Poder Público Legislativo municipal do Município de Vale Verde. Situado na Rua Assis Brasil 991, Centro de Vale Verde, RS, CEP 95833-000. O município foi criado pela Lei Estadual 10657 datada de 28 de dezembro de 1995 e teve a sua instalação e início de funcionamento em 01.01.1997.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

O Balanço Geral do Município referente ao exercício é composto pelas seguintes Demonstrações contábeis: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa conforme modelos definidos no MCASP, IPCs e complementado por estas notas explicativas.

3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 BALANÇO PATRIMONIAL

3.1.1 Ativo Circulante

3.1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Em 2023, o Caixa e Equivalentes de Caixa finalizou com saldo de R\$ 1.995,95, que será utilizado para pagamento das consignações no valor de R\$ 926,08 e o saldo de R\$ 1.069,87 se refere a rendimentos de aplicação financeira ref. dezembro/2023 que será tratado como antecipação de duodécimo.

3.1.1.2 Ativo Imobilizado

Em 2023, foi realizado o cálculo de depreciação dos bens mensalmente, sendo assim sendo realizado o controle periódico dos bens.

Em 2023 os Bens Móveis do Poder Legislativo totalizaram o valor de R\$ 69.271,35 e os Bens Imóveis totalizaram R\$ 131.502,35.

3.1.2 Dívida Flutuante

Conforme o art. 92 da Lei Federal nº 4.320/64, os componentes da dívida flutuante são aqueles compromissos contraídos por período limitado de tempo (curto prazo), quer

na sua condição de valores de terceiros, quer para atender às necessidades de caixa momentâneas, realizadas independentemente de autorização orçamentária, bem como os valores dos restos a pagar. A Dívida Flutuante de 2023 totalizou em R\$ 926,08, correspondendo, na ótica da Lei Federal nº 4.320/64 ao Passivo Financeiro.

3.1.3 Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelos saldos de Patrimônio Social e Capital Social, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Demais Reservas, Resultados Acumulados e Ações / Cotas em Tesouraria. Após apuração do resultado do exercício, que evidenciou um superávit de R\$ 2.678,20.

4. BALANÇO FINANCEIRO

4.1 Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias

O Poder Legislativo não possui receitas próprias, sendo que sua receita é composta apenas das transferências recebidas do Poder Executivo, que no exercício de 2023 corresponde ao montante de R\$ 1.007.766,72.

4.2 Despesas Orçamentárias e Intraorçamentárias

São apresentados os valores empenhados, liquidados e pagos de acordo com as categorias orçamentárias, já detalhadas em nota explicativa do Balanço Orçamentário.

5. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

5.1 Contexto operacional

Os dados apresentados são relativos ao Poder Legislativo do Município de Vale Verde, no que tange à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001 e respectivas alterações. Foram também observados os detalhamentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

5.2 Critério de apropriação

Considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as transferências recebidas efetivamente à título de duodécimo, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

5.3 Repasses Recebidos

De acordo com o Portaria STN nº 339/2001, os repasses financeiros pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, ao Regime Próprio de Previdência Social e aos órgãos

da Administração Indireta, foram processados por meio de documentos próprios, sem a emissão de empenho, sendo que os registros contábeis das transferências financeiras concedidas e recebidas foram efetuados em contas contábeis específicas de resultado. Assim, em 2023 foi repassado para o Poder Legislativo o montante de R\$ 1.007.766,72 sendo que deste montante durante e no final do exercício o Poder Legislativo devolveu para o executivo o montante de R\$ 84.190,74.

5.4 Restos a Pagar

As despesas que foram empenhadas no exercício de 2023 foram totalmente liquidadas e pagas até o último dia útil do ano, portanto não houve inscrição de restos a pagar.

6.1 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

6.1 Contexto Operacional

A Demonstração de Fluxo de Caixa foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos, sem considerar aos pagamentos e recebimentos intraorçamentários. O resultado final corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa e mantém compatibilidade com os valores apresentados no Balanço Financeiro.

6.2 Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais

Os ingressos compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas receitas e despesas orçamentárias correntes.

Já os desembolsos compreendem os pagamentos orçamentários correntes, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida e as transferências concedidas.

Na atividade operacional também se integram as entradas e saídas de caixa originadas das receitas e despesas extraorçamentárias, as quais, influenciam diretamente a disponibilidade de caixa.

Nesse contexto, neste exercício, verificou-se um fluxo de caixa negativo de R\$ 870.758,01, uma vez que o legislativo não tem ingresso de receita orçamentária.

6.3 Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento

Os ingressos são oriundos de receitas de capital de alienação de ativos e da amortização de empréstimos e financiamentos concedidos. Os desembolsos decorrem do pagamento de despesas de aquisição de ativo não circulante (obras, instalações, equipamentos, material permanente, bens imóveis).

Neste exercício, os ingressos e desembolsos das atividades de investimento geraram um fluxo negativo de R\$ 29.464,00.

6.4 Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento

Compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida (receita de capital). Como o Poder Legislativo não possui operação de crédito, não ocorreram movimentações deste tipo.

7. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP

7.1 Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Neste exercício não houve fato relevante como reavaliação de bens do ativo imobilizado. Também não houve desincorporação de passivos com valores relevantes.

7.2 Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos

Neste exercício não houve fato relevante de desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos.

7.3 Resultado Patrimonial do Período

Como resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, tem-se que o resultado patrimonial foi positivo em R\$ 2.678,20.

Eloir Storch
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores/2024
CPF: 701.442.140-91

Cassia Fabine Linch
Contadora
CRC/RS 085420